

EXPECTATIVAS E CONCEPTUALIZAÇÃO DA SURDEZ PARA O GRADUANDO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: UMA ANÁLISE PRÉ E PÓS-PARTICIPAÇÃO NA DISCIPLINA DE LIBRAS

Rosilene da Silva Portela (rosilene-portela@hotmail.com)¹

Anderson Almeida da Silva (andersonalmeida@ufpi.edu.br)²

RESUMO: Com a sanção do decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei 10.436/2002 parece ser o momento oportuno para começar a se fazer reflexões acerca das conquistas legais relacionadas à surdez e sua efetiva implementação no ensino superior. Consideramos realizar esta pesquisa com graduandos em ciências biológicas destacando a sua pré e pós-participação na disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), pois já se passaram sete anos desde a regulamentação das leis supracitadas. O foco do presente artigo são as questões relacionadas aos conceitos ou (pré)conceitos desenvolvidos/instaurados na formação discursiva dos alunos de licenciatura em ciências biológicas relacionado-os às questões da Surdez e a efetividade da disciplina no conhecimento do discente. No primeiro momento vamos situar a questão das posições conceituais dos indivíduos que já tiveram alguma relação com pessoas surdas e posteriormente situar a importância proposicional da disciplina enquanto um componente curricular obrigatório, e ainda, compreender a formação imaginária da sociedade ouvinte sobre as formas de representação da surdez. Foram escolhidos 20 participantes para esse trabalho, sendo graduandos de licenciatura em ciências biológicas onde 10 eram pré-participantes da disciplina, ou seja, ainda não havia cursado e os outros 10 eram pós-participantes da disciplina, já havia cursado. O questionário tem caráter semiaberto contendo dez questões relativas à surdez e à disciplina de LIBRAS. A Análise foi feita num tratamento qualitativo dos dados. Conclui-se que a disciplina funciona como ferramenta de formação discursiva, embora, a carga horária hoje proposta ao curso seja insuficiente, a clara-se a relevância da disciplina na formação do futuro professor.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez. LIBRAS. Relevância disciplinar.

INTRODUÇÃO

O momento parece oportuno e particularmente propício com a volta dos olhares para as conquistas em torno da comunidade surda e outros grupos sociais, o que reflete um olhar diferenciado para as minorias linguísticas no Brasil, abrindo assim possibilidades de diálogo entre dois mundos desconhecidos entre si: o do surdo em relação ao ouvinte e o do ouvinte em relação ao do surdo.

Este artigo tem a sua gênese situada nas questões relacionadas às inquietações tanto destes pesquisadores quanto da comunidade acadêmica, aspectos estes que são observáveis, em torno conceitos ou (pré) conceitos que existem sobre a forma de comunicação da

¹ Autora do artigo, discente do 8º período do curso de Lic. em Ciências Biológicas

² Co-autor, orientador do artigo e coordenador do grupo de estudos surdos da UFPI – Universidade Federal do Piauí

comunidade surda, bem como de questões mais gerais ligadas à surdez e as crenças sociais ligadas a esta.

Para além de satisfazer o que poderia ser encarado como uma mera curiosidade relacionada à opinião de alguém sobre algo ou algum elemento específico do currículo, nosso olhar sobre essa questão se desloca para o contexto **simbólico** ou ainda, entra no domínio da **formação imaginária** que os indivíduos de uma comunidade acadêmica carregam sobre outro elemento complexo. Vale destacar que o momento é mais do que oportuno para a discussão, dado que, a partir da sanção do decreto 5.626/2005 uma reviravolta no que se refere à educação de surdos ocorreu no Brasil, confluindo com mudanças positivas e negativas no sistema que serão defendidas e discutidas mais tarde ainda nesse mesmo texto.

A indagação inicial era a de se verificar quais seriam as expectativas dos discentes sobre a inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais, enquanto um elemento obrigatório do currículo, antes e depois de cursar a referida disciplina, o que trataremos aqui, enquanto períodos **pré e pós-participação** e, além deste, estabelecer algumas relações com as crenças advindas do meio social sobre a **imagem comum** sobre a pessoa Surda³. Strobel esclarece melhor esse fato quando define:

“[...]o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. [...] Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (2009, p. 27).

Dentro de nossa realidade na Universidade Federal do Piauí (UFPI), nas propostas do GES/CP (Grupo de Estudos Surdos/Campus de Parnaíba) discutem-se questões que estão principalmente relacionadas à: surdez e a idade crítica para a aquisição da linguagem, os processos de privações sociais que a pessoa surda enfrenta no seu cotidiano, na realidade da cidade de Parnaíba e outras questões ligadas a temas transversais das áreas da linguagem, biologia, psicologia e pedagogia.

No primeiro momento vamos situar as posições conceituais dos indivíduos que já tiveram alguma relação com pessoas surdas em quaisquer âmbitos que sejam eles: o familiar, escolar e outros, e suas impressões sobre os mesmos. É notável, e aqui se demonstra que o

³A palavra Surdo está sendo utilizada nesse contexto com capital ‘S’ com a interpretação proposta por muitos pesquisadores dos estudos surdos, representando a classe social dos surdos, ou ainda, uma perspectiva da surdez institucionalizada, objeto de uma materialidade sob a qual se inscrevem diferentes olhares.

fato do indivíduo surdo não se expressar na modalidade majoritariamente compreendida pela sociedade [oral] leva a um forte processo de **subversão da imagem valorativa** desse sujeito. Poucas, dentre as pessoas que tiveram suas narrativas coletadas por esta amostra já tiveram contato ou conhecem com propriedade a vida e maneira de ser de uma pessoa surda. Strobel (2009) coloca que ser surdo é, antes de tudo, traduzir o mundo em forma de experiências visuais. Obviamente se indagamos a uma pessoa surda sobre a sua emoção frente a uma imagem paradisíaca como uma ilha no meio do oceano atlântico, certamente ele nos responderá através de signos visuais⁴, a sua pasmeira será naturalmente representada em ícones de sua língua, arriscamo-nos em dizer, em suas próprias **formas de representação**.

DEFINIÇÕES DA AMOSTRA

Foram aplicados os questionários com 20 participantes escolhidos aleatoriamente entre homens e mulheres graduandos de licenciatura em ciências biológicas, onde 10 destes eram pré-participantes da disciplina, ou seja, ainda não havia cursado e os outros 10 eram pós-participantes da disciplina, já a haviam cursado. Os pré-participantes eram graduandos dos sexto e sétimo períodos sendo cinco de cada um destes, e os pós eram do oitavo e nono períodos, respectivamente, também sendo cinco de cada período, garantindo assim uma amostra mais estratificada dos dados.

O questionário é composto de questões semiabertas e apresenta o seguinte perfil: dez questões com conteúdos relativos à: surdez, contato com pessoas surdas, preconceito que a pessoa surda enfrenta na sociedade, alunos surdos em escolas regulares, além de questões relativas também à disciplina de LIBRAS, o significado da sigla e, procuramos saber também se os graduandos julgam ser importante a inserção da disciplina em seu caráter obrigatório ou optativo, dentre outras.

Análise dos dados foi feita com o tratamento qualitativo, buscando relacionar a partir dos dados coletados e o conhecimento individual do aluno sobre as questões da surdez e dos indivíduos surdos.

⁴ Em seu Curso, Saussure (1995 [1969]: 17-18) critica um linguista norte-americano chamado Whitney, que, segundo ele, “vai longe demais quando diz que” a escolha pela manifestação da língua “recaiu por acaso nos órgãos vocais” e que, portanto, o homem poderia ter escolhido usar imagens visuais (gestos) como uma forma de manifestação linguística, ao invés de usar imagens acústicas. Saussure não concorda com essas ideias, mas chega admitir que Whitney tem razão, quando diz que a língua deve ser uma convenção, mas que a natureza do signo convencional pode ser indiferente.

AFINAL, QUEM É O SURDO? CONCEPTUALIZAÇÕES.

É muito comum observarmos uma gama de pessoas dirigindo-se às pessoas surdas de forma pejorativa com ‘nomes’ que estão longe de referirem-se à realidade **biológica e cultural** desse indivíduo. Por uma mudança dessa realidade é que nós detemos parte de nosso tempo em escrever esse texto, para que uma quantidade maior de pessoas tenha acesso às informações verossímeis sobre essa comunidade. Veremos, então, nessa seção alguns depoimentos de graduandos dadas as suas experiências comuns com pessoas surdas e suas visões, e, deixaremos que o próprio leitor critique a (im) propriedade dessas argumentações.

Uma graduanda cita que em seu estágio de regência deparou-se com um aluno surdo em sala de aula e não soube como agir, pois ela não sabia língua de sinais e na sala não havia um interprete, ela diz:

“foi uma experiência não muito agradável, pois me sentir (sic) inútil diante daquela pessoa”. (Aluno pesquisado 15)

Outra aluna nos relata que tem uma amiga com surdez parcial, e que elas duas foram a um estabelecimento na cidade de Parnaíba aonde as pessoas chegaram a pensar que a garota surda estivesse bêbada, pois ela tinha dificuldade de falar, segundo ela, a pessoa surda falava “muito alto e enrolado”. A pergunta que fica é? Uma pessoa ouvinte utilizando fones de ouvido também não os fará, visto que buscará um feedback de sua própria voz, aumentando o volume de sua fala? Parece-nos muito mais que todo esse conhecimento do senso comum sobre a surdez baseia-se em questões históricas relacionadas aos mitos construídos exclusivamente pelos ouvintes a respeito do que estes pensam saber sobre a pessoa surda.

Num segundo momento, nosso objetivo é situar a importância proposicional da disciplina enquanto um componente curricular obrigatório. Nesse ponto, observa-se uma unanimidade nas respostas do questionário. Todos os pesquisados deixam bem claro que a disciplina deve ser um componente curricular obrigatório para o futuro professor de biologia, embora, os graduandos que ainda não cursaram a disciplina afirmam que devem se comunicar e entender LIBRAS para ter um aluno surdo em sala de aula, ou seja, a expectativa é de uma disciplina com um foco linguístico, onde se **aprenderá a LIBRAS** na sua forma usual. No entanto, a disciplina tem um foco mais informacional do que estritamente linguístico, e, para o futuro professor se apresenta como um elemento humanizador, já que as informações

dispensadas dentro do contexto da disciplina capacitarão o discente para uma melhor identificação e relação com o contexto específico da sala de aula [surdez].

Assim, o aluno pós-participante saberá, por exemplo, do seu direito em requerer a presença do profissional intérprete de LIBRAS que viabilizará o acesso aos conteúdos curriculares em todas as atividades didático-pedagógicas. Isto inclui o apoio à acessibilidade, serviços e às atividades da instituição de ensino. Já que o professor não poderá, não na condição humana, falar duas línguas ao mesmo tempo, ou seja, mesmo que estejamos tratando de línguas de diferentes modalidades a função de professor, é ontologicamente distinta da de intérprete, nos formatos inclusive do decreto supracitado.

Compreendemos nessa pesquisa, um pouco da formação imaginária⁵ que a sociedade ouvinte tem sobre a realidade da surdez. Alguns conceitos que são trabalhados somente pela disciplina reocorre na fala da maioria dos graduandos que ainda não passaram pela disciplina de LIBRAS que respondem, por exemplo, que a surdez se trata somente de uma deficiência, descartando a possibilidade de encará-la enquanto uma diferença social, o que trará uma carga cultural e linguística para esses indivíduos, instituindo-os enquanto os “outros” da sociedade, utilizando o termo bastante difundido por Carlos Skliar em seu livro *A Surdez: um olhar sobre as diferenças* (1998). Estes mesmos alunos afirmaram que ser surdo é a “não capacidade de se expressar”. O que não é verdade para a comunidade Surda, já que estes se expressam naturalmente em ambientes linguisticamente favoráveis. Outras respostas incluem que “Ser surdo é saber falar com as mãos e aprender uma língua oral-auditiva através desta”.

Obviamente, as falas transcritas acima vêm recheadas de informações desconstruídas e baseadas nas **formações discursivas**, ou ainda, nas experiências sociais desses indivíduos para com a Surdez. A pessoa surda consegue se expressar da mesma maneira que uma pessoa ouvinte. Segundo Gesser (2009) a surdez não compromete o desenvolvimento do surdo, e sim a falta de acesso a uma língua, a ausência dela tem como consequência: tornar o indivíduo solitário, além de comprometer o desenvolvimento de suas capacidades mentais normais.

⁵ Para Pêcheux (1990), num discurso estão presentes um sujeito A e um destinatário B, que se encontram em lugares determinados na estrutura de uma formação social. Esses lugares se acham apenas representados nos processos discursivos, mas transformados. Daí um discurso não implicar necessariamente uma mera troca de informações entre A e B, mas sim um jogo de “efeitos de sentido” entre os participantes. Os sentidos seriam produzidos por um certo imaginário, que é social e é, por sua vez, resultado das relações entre poder e sentidos. E a ideologia seria a responsável por produzir o desconhecimento dos sentidos através de processos discursivos observáveis na materialidade linguística. Toda a prática discursiva trabalha, então, para que o efeito de sentido constituído produza a ilusão de um sentido único.

O QUE MUDA COM A DISCIPLINA DE LIBRAS?

Durante a disciplina é enfatizado as diferenças no reconhecimento de terminologias mais apropriadas como, por exemplo, a diferença conceitual entre surdo e surdo-mudo. Sabe-se que o surdo tem uma cultura própria e a língua de sinais tem uma gramática específica, aclarando o conceito de que a língua de sinais não se configura enquanto gesto ou mímica como muitos graduandos pré-participantes da disciplina afirmaram. Linguisticamente pode-se afirmar que a língua de sinais é uma língua porque apresenta características igualmente percebidas em outras línguas naturais e, essencialmente, por que é humana (GESSER, 2009 p.27).

A definição de surdez apresentada por alunos que eram pré-participantes foi “a não capacidade de ouvir” já dos alunos pós-participantes fica claro uma mudança terminológica, quando dizem:

“é a impossibilidade de uma pessoa ouvir os sons” (Aluno 12 pesquisado) “é apenas uma diferença e não uma deficiência” (Aluno 16 pesquisado).

Do ponto de vista biológico essas definições não estariam erradas, mas do ponto de vista cultural a surdez não é uma deficiência propriamente, mais uma diferença, as definições de não capacidade certamente se encaixam na concepção do senso comum (GESSER, 2009 p.65). Mesmo na primeira posição do Aluno 12 é perceptível um afastamento do termo surdo-mudez, que é recorrente no senso comum a respeito de uma possível mudez do surdo, sabendo, que este é organicamente surdo e conseqüentemente mudo.

A inserção da disciplina é fruto da sanção do decreto 5.626/2005 que decide, dentre outras, fazer:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são

considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

O desconhecimento da terminologia mais adequada para a língua de sinais fica bastante claro na amostra, onde todos os graduandos pré-participantes da disciplina assinalaram que o significado de LIBRAS era Linguagem Brasileira de Sinais, já o oposto ocorreu com os alunos pós-participantes da disciplina respondendo que é Língua Brasileira de Sinais no caso o correto. Sabe-se que a linguagem é uma capacidade inata aos seres vivos como um todo em seus diferentes níveis de representação (verbal, não verbal, semiótica, artística) seria um dissenso assumir a terminologia de linguagem para a LIBRAS, já que a língua é do ser humano um código formal desenvolvido naturalmente a fim de estabelecer as trocas enunciativas.

A LIBRAS ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO

A expectativa dos alunos antes de cursar a disciplina é de que iriam aprender a sinalizar dentro da carga-horária proposta pela disciplina. No decorrer do curso percebe-se que a carga horária proposta pelo MEC é insatisfatória para alcançar tal objetivo, considerando que a LIBRAS é uma língua e seu aprendizado não se dá em período curto de estudo. A carga horária que hoje é de 45 horas/aula para a biologia, deveria ser de no mínimo de 60 horas/aula como a maioria das disciplinas do curso.

Ao tempo em que a inserção da disciplina no ensino superior representa grandes avanços para essa comunidade, a ligeireza na aprovação das leis e os prazos curtos para a implementação, mesmo que gradativa da disciplina no ensino superior acabou por criar uma indústria famigerada pelos ganhos financeiros e pouco preocupada com uma formação do profissional de língua de sinais no Brasil. Alguns dos trabalhos realizados no Brasil, que incluem a avaliação de currículos de formação específica, fazem uma forte crítica ao modo como se tem aumentado gradativamente as pós-graduações *lato sensu* em LIBRAS e a sua despreocupação qualitativa com o conteúdo ministrado.

Ao tempo em que a regulamentação do decreto oportunizou a entrada de diversos profissionais nesses campos de trabalho, ainda existem vários dissensos que merecem serem discutidos em outro momento, dada a sua efetiva implementação.

POR UMA DISCIPLINA HUMANÍSTICA E LINGUÍSTICA

A disciplina tem um caráter prioritariamente humanístico, embora possa diferir se cotejarmos a posição de diferentes professores desta, quando se tratam dos valores morais, éticos, linguísticos e políticos discutidos dentro desses elementos. O foco é a criação de um espaço para discussões a respeito de uma **cultura surda mundial**, difundido que o surdo possui língua e que ela possui características idênticas e ao mesmo tempo específicas dentro do quadro das línguas naturais, não nos deteremos nesse ponto especificamente, o que nos renderia outro trabalho na área.

Na perspectiva da habilitação linguística, dentro da disciplina, os alunos têm contato com a LIBRAS em sua forma mais real. Dentro da UFPI, priorizamos na **parte prática**, o ensino em língua de sinais, sem uso de formas orais, fazendo assim, com que o licenciando se encontre imerso em um contexto totalmente surdo de ser. Se não outro este trabalho tem o objetivo de entender mais de perto as diferenças existentes entre a estrutura das línguas de sinais x orais.

A LIBRAS é apresentada enquanto possuidora de uma gramática própria se apresenta estruturada em todos os níveis, como as línguas orais: fonológico, morfológico, sistemático e semântico além de encontrar nela outras características como: a produtividade/criatividade, a flexibilidade, a descontinuidade e a arbitrariedade. (GESSER, 2009, p. 27).

É muito comum pensar que todos os surdos falam a mesma língua em qualquer parte do mundo. Ora, sabemos que nas comunidades de língua orais, cada país, tem sua própria língua. (GESSER, 2009, p. 11). Com a língua de sinais não poderia ser diferente cada país tem a sua.

CONCLUSÃO

A disciplina como ferramenta de formação discursiva, é extremamente importante na formação do futuro professor de biologia e através dessa desmistificar muitos conceitos vindos da sociedade ouvinte ou da área da medicina, vendo agora a surdez através da cultura surda.

A carga horária hoje 'imposta' ao curso é insuficiente para abranger todos os conhecimentos necessários para a formação do graduando, necessitando assim uma revisão na carga horária da temática e da sua abrangência relativa a todas as áreas do saber.

Considerando que o surdo enquanto indivíduo social ocupará todos os ambientes sociais, faz-se necessário que os futuros profissionais não só da área da educação mais também das demais áreas tenham a disciplina de língua de sinais na sua formação, para que sejam minimizados os preconceitos que ainda existem nos dias atuais.

Salientamos, ao final, a importância desse elemento curricular e a sua transversalidade às demais áreas do saber, estendendo-se inclusive a outros domínios como a saúde e as exatas. A área LIBRAS e a de educação de surdos são emergentes em todos os seus aspectos, dado a esse fato, percebe-se um gradativo aumento da procura por capacitação nessas áreas. As universidades estão de fato, engajadas nesse processo. Por um futuro de respeito às minorias sociais e seus **mecanismos individuais de representação**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 5626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras. Publicado no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

FELIPE, T.A. **Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante**. 8.ed. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2007.

GESSER, A. **Libras? : Que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1990.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SKLIAR, Carlos (Org). **A Surdez: Um Olhar sobre as Diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VIEIRA, C.R. **Educação de surdos: problematizando a questão bilíngue no contexto da escola inclusiva**. Piracicaba: dissertação de mestrado, 2011.